

DOSSIÊ: Empreendimentos sociais, elite eclesiástica e congregações religiosas no Brasil
República: a arte de “formar bons cidadãos e bons cristãos”

O papel da Congregação das Capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais

The role of the Capuchin Congregation in the formation of regional middle classes and elites

Maria Aparecida Corrêa Custódio [Ⓔ]

[Ⓔ] Universidade Federal do Maranhão - UFMA; CCSST - Imperatriz, MA, Brasil.
mapccustodio@gmail.com

Resumo: O presente artigo discute os impactos do trabalho educacional das Irmãs Missionárias Capuchinhas sobre as classes médias e as elites da sociedade brasileira, na perspectiva de inscrever essa congregação em uma história mais ampla, na qual se articulam questões religiosas, políticas e educacionais no contexto missionário e socioeducacional do estado do Maranhão, no Nordeste do Brasil, onde essas mulheres se inseriram largamente. Corajosas e estrategistas, elas chegaram a um campo de missão bastante rudimentar e, talvez por essa razão, tiveram que se dedicar à educação formal de classes médias e elites regionais, a fim de suprir as lacunas educacionais do lugar e, ao mesmo tempo, constituir um capital financeiro e patrimonial que lhes permitisse subsidiar a congregação.

Palavras-chave: educação católica, congregação religiosa, Maranhão

Abstract: *This article discusses the impact of the Capuchin Missionary Sisters educational work on Brazilian middle classes and elites, inscribing this congregation in a larger history, which articulates religious, political and educational matters in the missionary and socio-educational context of the state of Maranhão, in the northeastern region of Brazil, where these women were widely settled. Courageous and skilled, they arrived in a rudimentary mission field and, perhaps for this reason, they had to devote themselves to the formal education of middle classes and regional elites in order to fill regional educational gaps and, at the same time, to constitute the financial and patrimonial capital that would allow them to support the congregation.*

Keywords: *Catholic Education, religious congregation, Maranhão*

Este estudo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa que teve como foco as congregações femininas nativas e seus processos de expansão nos estados brasileiros, tema vinculado ao projeto temático “Congregações Católicas, Educação e Estado Nacional no Brasil” (FE/Unicamp). O artigo circunscreve o exame dos impactos da ação educacional capuchinha sobre as classes médias e as elites da cidade de Imperatriz, uma área geográfica de importância histórica para essa congregação e de peso político-econômico para o estado do Maranhão na atualidade.¹

A Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas foi fundada em 1904, em Belém do Pará, por iniciativa de um capuchinho italiano, o frei João Pedro Recalcati, que contou com a adesão de leigas franciscanas que exerciam a função de catequistas e professoras em uma escola paroquial de Canindé (CE). A convite do frade, elas foram para o estado do Pará com o objetivo de constituir o grupo fundador da nova congregação e trabalhar na educação de meninas índias da Colônia Santo Antônio do Prata. Na verdade, elas sucederam às capuchinhas de Gênova (Itália), que haviam sido assassinadas, em 1901, em uma terrível rebelião na Colônia de Alto Alegre (MA), uma missão indígena dos capuchinhos. Esse episódio repercutiu em toda a Igreja do Brasil, a ponto de nenhuma outra congregação enviar freiras para trabalhar nas missões dos capuchinhos naquele período. Além disso, ou por causa desse evento, o governador do Pará solicitou religiosas nativas para a escola feminina da colônia do Prata – os frades dirigiam a escola masculina. Todos esses contextos e tensões da missão indígena favoreceram o surgimento das Irmãs Missionárias Capuchinhas, oitava congregação feminina fundada no Brasil (Custódio, 2014).

Desde suas origens, esse novo “ramo da família franciscana” no Brasil, conforme explicitam as Constituições da Congregação (2004), “aprendeu que a educação formal”, especialmente das “crianças mais necessitadas”, era o “chão de sua missão evangelizadora” (p. 72). Portanto, desde o início do instituto, a missão educativa faz parte de seu carisma, ou seja, da função concreta que cada religiosa desempenha na Igreja e na sociedade. Entretanto, uma

¹ A pesquisa se apoia em vários tipos de fontes: crônicas e revistas da Congregação; diários e revistas da Escola Santa Teresinha; crônicas e relatórios paroquiais; entrevistas e depoimentos de ex-alunos(as); *Facebook* de ex-alunos(as) e da escola. Para tratamento das fontes, adotou-se o “estranhamento como antídoto ao risco de banalizar a realidade” (Ginzburg, 2001, p. 41), na perspectiva de manter distância dos objetos para fugir da armadilha de simplesmente se tornar semelhante àquilo que se absorve (Certeau, 2009), conforme se vê em parte das análises sobre as capuchinhas (Carvalho, 2012), ainda que as considerem mulheres de seu tempo e sejam um aporte de conhecimentos relevantes.

ação articulada e ancorada em um projeto pedagógico unificado começou a ser pensada somente nas décadas de 1960 e 1970.

Uma das assembleias da Associação das Escolas Católicas – AEC, realizada em julho de 1968, abordou o tema Educação Cristã e seu desenvolvimento a partir do Concílio Vaticano II [1962-1965] e do documento *Populorum Progressio* [1967] que levou às Escolas exigências e mudanças na educação.

O que temos feito como educadoras missionárias? O que fazer para atingir melhor nossa finalidade? De que meio dispomos?

Questionamentos que conduziram à realização do III Capítulo Geral Especial que aconteceu em 02 de julho de 1977 para fazer a reflexão do documento relativo à revisão e atualização das obras.

A orientação do assessor canadense Mons. Gérard Cambron foi que as Escolas definissem seu projeto educativo com suas metas. Referindo-se com base na pesquisa que realizou na Congregação na década de 70. (Congregação, 2004, p. 98)

A partir desse evento, foram traçadas as linhas norteadoras de um projeto comum que identifica as escolas capuchinhas como um centro irradiador de formação intelectual, moral, social, política e religiosa; um campo de missão para a vivência do carisma franciscano; uma fraternidade aberta aos problemas do homem, da Igreja e do mundo, à luz do evangelho, das orientações da Igreja e das leis educacionais (Escola Santa Teresinha, 1984). Alguns elementos constitutivos desse projeto educativo podem ser vislumbrados desde os primórdios do estabelecimento da escola capuchinha na cidade de Imperatriz.

Corpos em movimento

Em 1910, da educação de meninas indígenas no estado do Pará, as capuchinhas passaram a assumir a educação de meninas e meninos não indígenas nos interiores do Maranhão. Um dos motivos que pode explicar a mudança de clientela e de foco é o fato de as congregações religiosas atualizarem constantemente seu carisma inicial por conta da necessidade de se adaptar aos novos contextos socioeconômicos das regiões onde se inseriam. Assim, na esteira dos capuchinhos italianos, as novas missionárias se deslocaram para o Maranhão, onde sediaram o maior número de escolas fundadas ou dirigidas por sua congregação ao longo do século XX.

Afinal, elas contavam com o aval de seu principal patrocinador, o frei João Pedro, que dizia: “As Irmãs são suficientemente instruídas, muito boas e devotas; para elas não há dificuldades, nem de clima, nem de língua, nem de costumes [eram nativas!]. São totalmente nossas, educadas conforme as nossas necessidades” (Benedictinos, 2006, p. 39).

De todas essas instituições criadas ou administradas no Maranhão, merece destaque a Escola Santa Teresinha de Imperatriz, primeira fundação depois da eleição do primeiro governo geral da congregação, em 1924: “não se tratava mais de uma fundação do Superior da Missão, mas, sim, de Madre Gertrudes Maria de Fortaleza, em atendimento ao desejo daquela autoridade” (Congregação, 1976, p. 240). Irmã Teresinha Maria de Benedictinos, autora da história da congregação, refere-se a D. Roberto de Castellanza, superior regular da Missão Capuchinha do Maranhão e bispo da Prelazia de Grajaú, criada em 1922 para presidir os trabalhos dos padres no interior do estado. Na época, a prelazia, em franca expansão, visava à instalação de uma casa de irmãs “nas mesmas cidades em que já estabelecera uma residência para os capuchinhos”, com a meta de confiar-lhes “uma escola feminina – com internato e externato – à semelhança do que se fazia em Barra do Corda [MA] desde 1910” (p. 237, p. 240). Além do trabalho educacional, a prelazia desejava encarregar as irmãs da culinária e da rouparia dos frades.

No entanto, não existem registros sobre os serviços domésticos prestados pelas capuchinhas aos padres de Imperatriz. Ao contrário, as fontes atestam claramente que a prioridade delas era a Escola Santa Teresinha, ficando a catequese e os demais trabalhos em segundo plano, embora fossem vizinhas muito próximas da Paróquia Santa Teresa D’Ávila e dos padres capuchinhos desde 1937, quando se mudaram para o convento e para a escola, construídos anexos à nova igreja (Escola Santa Teresinha, 1926-1946, p. 36).²

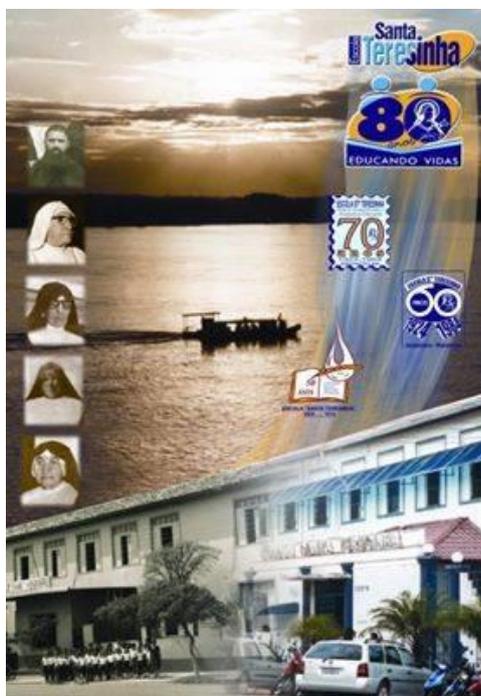
Vale frisar que não é por acaso a inexistência de registros a respeito de as irmãs exercerem a função de empregadas dos padres: em 1924, as capuchinhas se emanciparam da tutela administrativa dos frades e elegeram um governo feminino, o que resultou no crescimento de sua corporação e de suas sucursais, a começar pela criação da escola de Imperatriz (Custódio,

² Na atualidade, escola e igreja continuam instaladas no mesmo terreno, mas seus prédios estão separados por grandes muros, com entrada e saída dos ambientes em ruas diferentes: a escola com frente para a Rua Coronel Manoel Bandeira e a igreja na Rua Frei Manoel Procópio (primeira rua de Imperatriz, pertence ao núcleo histórico que deu origem à cidade, nas imediações do Rio Tocantins).

2015). Provavelmente, é por esse motivo que a irmã historiadora da congregação esclareceu, no fragmento citado anteriormente, que a fundação da Escola Santa Teresinha foi um ato “da Madre Gertrudes”, e não do frei-bispo capuchinho.

E lá foram elas, a bordo de uma pequena lancha denominada “Boa Nova”, repetindo o mito fundador de Imperatriz, pois o Rio Tocantins é um símbolo mítico-religioso relevante: suas águas conduziram o frei carmelita Manoel Procópio do Coração de Maria, acompanhado da imagem de Santa Teresa D’Ávila, para fundar a cidade; e conduziram também as irmãs capuchinhas para fundar a Escola Santa Teresinha.³

Figura 1: Fundadoras da Escola Santa Teresinha



Fonte: Página do *Facebook* dos ex-alunos da Escola Santa Teresinha (2015b)

Formação básica para classes médias e elites regionais

Recorrendo à literatura regional e aos poucos estudos acadêmicos, constata-se que, antes de as capuchinhas abrirem a Escola Santa Teresinha, a situação educacional de Imperatriz era bem precária (Cruz, 2012; Franklin, 2004; Silva & Castro, 2004;). Nos tempos mais antigos, não

³ Na festa da padroeira da cidade, quando é feriado municipal, o mito fundador se repete: a santa sai de sua casa, a Paróquia Santa Teresa D’Ávila, e é trazida de novo pelas águas do Tocantins, rodeada de muitos barcos.

havia biblioteca, nem grêmio literário ou jornal, fazendo com que regionalistas tecessem duras críticas à cidade de Imperatriz, como o fez Carlota Carvalho (2006), autora do clássico *O sertão*, dizendo ser o lugar do Maranhão “em que há menos amor às letras” (p. 222).

Acompanhando o ritmo da educação brasileira do século XIX, a então Província do Maranhão debatia a instrução elementar intensamente, mas a inscrevia vagarosamente em sua legislação. Desde 1827, a lei imperial preconizava a criação de escolas de primeiras letras “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos” do País. Mas a província maranhense demorou mais de 36 anos para promulgar a lei que criava “duas cadeiras de primeiras letras na Vila Nova de Imperatriz” (Lei n. 717, de 11 de julho de 1864). Aliás, ao longo do período imperial, seja no Maranhão, seja em outra província:

o que podemos observar ... é, em primeiro lugar, o desenvolvimento de serviços de instrução, de redes de escolas, muito diversas em consonância com a diversidade das Províncias do Império. Em segundo lugar, devido à precariedade das finanças provinciais, o serviço da instrução, “reconhecidamente dispendioso”, como apontava Tavares Bastos, acabava, mesmo quando recebia relativamente altos investimentos financeiros, por contar com recursos sempre muito aquém das necessidades de expansão dos serviços [ênfase no original]. Em terceiro lugar, as multiplicidades dos atos legais, bem como das suas orientações, fator devedor do pouco tempo que os presidentes de província permaneciam no cargo e da fragilidade das Assembleias Provinciais, que acabou por dar lugar a uma cultura administrativa que muito pouco prezava a continuidade das políticas, sendo as “reformas dos serviços de instrução” quase sempre consideradas e mostradas em relatórios pelos administradores como um grande feito político-administrativo[ênfase no original]. (Faria Filho, 2007, p. 138)

No Maranhão, em particular, obstáculos de toda ordem constituíram um empecilho para a efetivação da lei citada anteriormente. De acordo com um estudo sobre escolas, professores e escolarização na então chamada Vila Nova de Imperatriz do século XIX (Cruz, 2012), além das dificuldades financeiras e de infraestrutura, era muito difícil recrutar professores para trabalhar no interior:

Percebeu-se que a principal característica da instrução primária nos primeiros anos de Imperatriz foi a falta de professores concursados dispostos a se fixar na região, pois as nomeações interinas aparecem em número bastante superior ao de provimentos.

Pedidos constantes de transferências e exonerações foram marcas do ensino desta cidade, além da falta de comunicação e fiscalização por parte dos delegados literários, pois até agora não foi encontrado nenhum registro de suas ações. (p. 30)

Essas questões se prolongaram até os primórdios da República (Saldanha, 2008), fazendo com que o governo estadual não conseguisse ou não se empenhasse o suficiente, como sugere a literatura, para criar e manter escolas ativas em Imperatriz. Desse modo, não se sabe se as primeiras escolas de Imperatriz foram criadas pelo Estado ou pela iniciativa privada. Por exemplo, em 1866, Manoel Procópio do Coração de Maria, frade carmelita que fundou a cidade, foi nomeado delegado literário,⁴ sinal de que deveria haver alguma escola pública, embora não se tenha nenhum registro sobre o desempenho do frade nesse ofício (Cruz, 2012). Da parte da iniciativa privada, padre Domingos Elias da Costa Moraes inaugurou, em 1867, uma “escola de primeiras letras gratuita” (Silva & Castro, 2004, p. 23), provavelmente do tipo paroquial.

A esfera de governo local, por sua vez, criou a primeira escola municipal em abril de 1935: a Escola Mista Humberto de Campos, que tinha uma só sala e funcionava em um único horário. Em agosto do mesmo ano, essa escola foi desmembrada em duas: uma para o sexo masculino e outra para o feminino.

Ele alegou que “a prática tem demonstrado a nenhuma eficiência, para a instrução, com a regência de uma escola por duas professoras, funcionando as aulas em uma só sala”.

Assim, o Decreto n. 4, de 23 de agosto de 1935, dividiu a primeira escola municipal em duas. A “Humberto de Campos” ficou para o sexo feminino e criou-se a Escola Municipal “Coelho Neto” para o sexo masculino, passando a funcionar em prédios distintos. (Franklin, 2004, pp. 1-2)

Em janeiro de 1936, a escola feminina foi desativada, com a justificativa de que o colégio das irmãs e outra escola estadual “comportavam perfeitamente o número de meninas existentes [na] cidade e respectivos subúrbios” (Franklin, 2004, p. 2).

Diante dessa realidade sociocultural de Imperatriz, pode-se concordar em parte com os historiadores da Escola Santa Teresinha, quando afirmam que a chegada das irmãs representou a vinda de um “suporte educacional e religioso às famílias que se instalaram na região que necessitavam de uma melhor educação para seus filhos” (Silva & Castro, 2004, p. 29). Uma garimpagem na literatura regional (Barros, 2012; Franklin, 2010; Milhomem, 2004) permite caracterizar quem eram essas famílias: muitas eram migrantes que, quando chegaram à região de Imperatriz, formaram grande patrimônio de terras, tornando-se, mais tarde, as elites locais. Além

⁴ O delegado literário exercia a função de inspetor das escolas públicas de seu distrito ou município, isto é, deveria fiscalizar a instrução e orientar os professores.

(ou por causa) do capital econômico de que dispunham, passaram a deter também capital social (Bourdieu, 1980) e, com isso, lançavam-se às disputas políticas – muitas gerações de representantes dessas famílias ocuparam o cargo de prefeito de Imperatriz (Moreira, 1997). E se, como sugere Bourdieu (1998), nas sociedades capitalistas modernas os dois tipos mais importantes de capital são o cultural e o econômico, não é de se estranhar o apreço que essas elites tinham pelo futuro dos filhos e, como católicas que eram, nada melhor do que colocá-los na escola das freiras. É provável que pretendessem, na Escola Santa Teresinha, “principalmente, uma certificação que legitimaria o acesso às posições de comando já garantidas pela posse de capital econômico.” (Nogueira & Nogueira, 2006, p. 82). Antes disso, alguns buscavam formação em outros lugares.

Foram das fazendas que saíram os primeiros jovens que brilharam e continuam sobressaindo-se nos mais variados campos de cultura. ... Antônio Miranda, médico. Foi um prefeito [de Imperatriz] e tomou parte da Diretoria do Hospital das Clínicas de São Paulo. (Barros, 2012, p. 50)

Manoel Bandeira. Era um dos vinte e cinco filhos do ilustre fazendeiro e político Amaro Batista Bandeira. Rapazinho ainda, foi estudar em Portugal. cursou a célebre Universidade de Coimbra e, voltando à sua terra natal, foi um dos ... mais dinâmicos prefeitos. (Barros, 2012, p. 162)

Raimundo Bandeira Barros. Nasceu em 28 de agosto de 1908, na fazenda São João, então interior deste município.... Fez seus estudos na referida fazenda.... Dedicado às letras, adquiriu conhecimentos que lhe valeram a escolha na ocupação de vários cargos públicos. (Barros, 2012, p. 183)

Outro exemplo é a família Cortez Moreira, que matriculou filhos, netos e bisnetos na Escola Santa Teresinha. O patriarca, Simplicio Moreira, começou a vida como ajuntador de castanhas, no sul do Pará (para onde se dirigiam os moradores de Imperatriz na época da colheita do fruto), transformando-se em dono de castanhais, “o que lhe rendeu riqueza e prestígio político, tornando-se prefeito da cidade e seu mais influente líder político por mais de três décadas” (Franklin, 2010, p. 52). O filho, Renato Cortez Moreira, que também exerceu o cargo de prefeito de Imperatriz duas vezes, foi educado na Escola Santa Teresinha desde a infância, assim como seus filhos e netos.

Não eram apenas as elites que reivindicavam educação para suas crianças e jovens: havia também as classes médias que historicamente nunca tiveram composição homogênea, mas se compunham de conjuntos com diversa localização no nível econômico e social. Pode-se dizer

que, em Imperatriz, até boa parte da primeira metade do século XX, as classes médias compreendiam pequenos proprietários de terra, comerciantes, alguns pequenos industriais, usineiros, artesãos, farmacêuticos, carpinteiros e sapateiros. Com o decorrer do tempo, houve a chegada de mais funcionários públicos (juizes de direito, militares, professores e outros) e profissionais liberais, somando-se àqueles que retornavam de seus estudos e passavam a assumir cargos públicos (Barros, 2012). De fato, a cidade de Imperatriz parecia acompanhar, ainda que parcialmente, o movimento de formação das classes médias urbanas analisado por B. Fausto (2006): foi depois da Segunda Grande Guerra que se acelerou o desenvolvimento urbano no Brasil e, conseqüentemente, ocorreu aumento das antigas e novas classes médias, bem como expansão dos profissionais liberais.

Nos termos de Bourdieu (1979), que divide as classes médias ou “pequena burguesia” em frações, em Imperatriz parece que tanto a “pequena burguesia em declínio” (pequenos proprietários de terra, pequenos comerciantes, artesãos, etc.) como a “pequena burguesia de execução” (assalariados e quadros técnicos dos setores público e privado) investiram na educação de seus filhos, em especial empregados e funcionários públicos de nível médio. Estes últimos, que já detinham certo capital cultural, sacrificaram suas economias para colocar seus filhos na Escola Santa Teresinha, praticando o ascetismo na expressão bourdieusiana. Com certeza, a perspectiva dessas pequenas burguesias era continuar ascendendo socialmente e escalar postos mais altos na sociedade maranhense. E, como a Escola Santa Teresinha conquistou paulatinamente a representação de lócus de cultura da cidade, nada melhor do que enviar seus filhos para um lugar de grande prestígio social.

Resta perguntar: como ficaram as classes populares de Imperatriz em sua relação com a Escola Santa Teresinha? Nos limites deste estudo e da documentação existente, pode-se adiantar que elas também estiveram presentes na escola, mas apenas residual ou minoritariamente na condição de bolsistas, conforme se verá no transcórre deste artigo. À luz das considerações de Bourdieu (1979) sobre as classes populares e suas lógicas da necessidade, percebe-se, pelos depoimentos, que essas classes, justamente por não possuírem recursos econômicos, sociais e culturais necessários para investir na educação dos filhos, esperavam que eles estudassem apenas o suficiente para manter-se. Daí o sentimento de gratidão às freiras, ao serem acolhidos na Escola Santa Teresinha e aprenderem os rudimentos escolares (Silva & Castro, 2004).

Em síntese, esse era o cenário do espaço social de Imperatriz quando as capuchinhas lá chegaram. Mas, ao contrário das elites e das classes médias, parece ter sido outra a intenção dos capuchinhos que patrocinaram a instalação das freiras nessa cidade. Na verdade, os capuchinhos chegaram a Imperatriz em 1920 e, desde essa época, preocupavam-se com a falta de escolarização da população, especialmente de crianças e jovens mais pobres, pois precisavam congregar fiéis que dominassem a leitura ou então, no mínimo, capacitá-los para tal prática, considerando que o trabalho de evangelização exigia leigos alfabetizados para fazer as leituras dos escritos religiosos e auxiliar os padres na liturgia, no registro de atividades e no controle financeiro da paróquia.

Desse modo, os missionários logo viram a necessidade de convidar freiras para abrir casa e escola na cidade. Como a adesão das capuchinhas foi considerada uma ramificação da ação evangelizadora dos frades, esses viam na Escola Santa Teresinha uma extensão do seu trabalho paroquial. Além disso, como eles eram poucos e tinham muitas atividades missionárias na região de Imperatriz, ao longo de mais de 30 anos delegaram às irmãs o ofício educacional. De acordo com os *Relatórios do Movimento Religioso de Imperatriz (1927-1970)*,⁵ somente no início da década de 1960 os capuchinhos começaram a abrir escolas de alfabetização em seus salões paroquiais anexos às igrejas de Imperatriz.

Para atender seja aos anseios dos frades, seja às demandas dos fazendeiros e das classes médias, o estabelecimento escolar das capuchinhas manteve, por décadas, apenas ensino primário e, mais tarde, jardim de infância, apesar dos repetidos pedidos de sua direção para o governo do estado autorizar novos cursos.

⁵ Os relatórios paroquiais foram consultados no Arquivo Histórico da Província Nossa Senhora do Carmo, em São Luís (MA), e sua análise enriquecida com as explicações do arquivista, frei Rogério Beltrami, a quem agradeço as contribuições. As intenções catequéticas da Missão Capuchinha do Maranhão podem ser apreendidas em sua historiografia (Nembro, 1955, 1957).

Quadro 1: Organização do ensino na Escola Santa Teresinha, 1926-1971

Nível	Período	Observação
Jardim de infância	A partir de 1948	“Misto”: meninos “bem separados” das meninas, segundo depoimento de uma das fundadoras da escola, irmã Júlia Maria de Barra do Corda.
Primário	1926 a 1961	Escola mista: meninas frequentavam as aulas de manhã e meninos à tarde. Depoimentos entre as décadas de 1930 e 1950 mencionam que o estudo era até a 5. ^a série; no <i>Diário da Escola</i> há indicação do 5. ^o ano somente nos registros de 1949; antes disso só é citado o ensino primário.
	1962 a 1971	Equiparado às escolas primárias estaduais pelo Decreto n. 2.243, de 31 de julho de 1962. Segundo depoimentos, a partir de 1971 meninos e meninas estudavam na mesma sala.
Secundário 1 ^o ciclo/ginásial ⁶	1961 a 1971	Curso Normal, equivalente ao ginásio, com disciplinas pedagógicas complementares.

Fonte: Escola Santa Teresinha (1946-1961, p. 48); Silva e Castro (2004, p. 39, pp. 51-52, pp. 85-88, p. 98, p. 103, p. 105, p. 107, p. 117).

Como mostra a Tabela 1, as capuchinhas ofereciam também internato para abrigar meninas de várias cidades do Maranhão, do Pará e do antigo estado de Goiás, que foi dividido em 1988 e deu origem ao atual estado do Tocantins. Mas um internato propriamente dito só foi criado em 1943, quando recebeu um número expressivo de crianças com mais de 10 anos de idade, a maioria composta por filhas ou afilhadas de fazendeiro ou dono de engenho. Havia ainda alunas que pagavam seus estudos com trabalhos domésticos ou mesmo com os préstimos da mãe, que “passava roupas, cozinhava e ajudava nas festas da escola”. Esse internato possivelmente funcionou durante muitas décadas, segundo o depoimento de uma ex-aluna que foi interna e concluiu seus estudos em 1971 (Silva & Castro, 2004, p. 92, pp.105-106, p. 109).

⁶ Desde a Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), esse nível compreendia dois ciclos: 1.^o ciclo ginásial (quatro anos) e 2.^o ciclo clássico ou científico (três anos). A Lei n. 4.024/1961 manteve esta estrutura: ensino médio subdividido em dois ciclos: ginásial (quatro anos) e colegial (três anos), ambos compreendendo o então chamado ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores) (Romanelli, 1995).

Tabela 1: Número de alunas do internato feminino da Escola Santa Teresinha

Período	Número de alunas
1930	6
1932-1933	6
1933-1934	7
1934-1935	7
1935-1936	9
1937	11
1943	60

Fonte: Paróquia Santa Teresa D'Ávila (1920-1937, p. 22, p. 37, p. 42, p. 46, p. 48, p. 51); Silva & Castro (2004, p. 32).

Até 1961, a Escola Santa Teresinha pode ser caracterizada como uma instituição educativa com fins religiosos, marcada por um intenso ensino religioso e práticas ritualísticas que invadiam o tempo escolar e não escolar de seus alunos, que podem ser flagrados (nos documentos investigados), sempre ocupados com a agenda católica das freiras e dos padres. De fato, nesse quadro de pensamento da Igreja Católica do período, as capuchinhas difundiam as práticas devocionais promovidas pela romanização do catolicismo, especialmente o culto mariano e do Sagrado Coração de Jesus, sem olvidar, é claro, dos santos de devoção franciscana.

Em meio a esse tipo de educação, pode-se verificar uma nítida distinção de formação para meninas e meninos, segundo sua posição de gênero. Contudo, fossem meninas ou meninos, aprendiam o catecismo católico e, embutida nele, a moral dos bons costumes, com ênfase para a obediência aos pais e demais autoridades, até porque a regra franciscana valorizava sobremaneira a prática dessa atitude entre seus membros e agregados. As meninas, além do ensino “das letras e das ciências”, aprendiam a fazer serviços de mulher, como trabalhos de agulha e linha, e eram incentivadas a participar de associações, como das Filhas de Maria, que ensinavam as devoções marianas, inculcando valores de pureza e abnegação feminina. Afinal de contas, era preciso formar mulheres castas, dóceis e submissas aos homens da casa, da Igreja e da sociedade; se seguissem carreira religiosa, deviam ser subordinadas também às madres superiores, que encarnavam o poder masculino. Aquelas que residiam nos internatos (e não eram poucas, a partir da década de 1940!) provavelmente eram alvo de uma formação religiosa ainda mais rigorosa, o que pode ser notado nas narrativas das capuchinhas, que pretendiam formar a infância e a juventude na perspectiva de difundir o pensamento cristão e recrutar,

principalmente, adequadas para os seus empreendimentos. Um pensamento da história institucional da congregação ilustra bem essa questão:

Com o início do século XX, a Igreja com o ministério de suas Congregações Religiosas estendeu uma imensa rede de OBRAS de formação humana e instrução por toda parte, no Brasil.... [ênfase no original] Nelas as freiras criavam um clima de religião intensa. Sem descuidar das letras e das ciências, davam prioridade à formação para a vida religiosa. Uma moça passava naturalmente de um Colégio de freiras para um Noviciado. (Castilho, 2004, p.157)

Do ponto de vista organizacional, até os anos 1960 não se observam grandes transformações na oferta de ensino na Escola Santa Teresinha, com exceção da criação de um curso de formação de professoras do qual se falará mais adiante. De fato, como bem mostrou Otaíza Romanelli (1995), apesar de ser promulgada em um clima de abertura democrática, a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, a Lei n. 4.024/1961, que a escola das capuchinhas seguia à risca, manteve a estrutura tradicional do ensino, e o sistema continuou o mesmo, organizado conforme a legislação anterior. Diz a autora: “Em essência, pois, a lei nada mudou” (p. 181). Outras figuras da época tinham a mesma opinião (Fontoura, 1968).

Em outro clima e contexto, a Lei n. 5.692/1971 veio para completar “o ciclo de reformas educacionais destinadas a ajustar a educação brasileira à ruptura política perpetrada pelo golpe militar de 1964” (Saviani, 2008, p. 119), alterando a estrutura e o funcionamento dos sistemas de ensino segundo uma tendência tecnicista,⁷ diferente da linha liberal que inspirava a primeira LDB.

⁷ A tendência tecnicista se materializou, na educação básica, por meio da profissionalização compulsória do 2.º grau, com base na concepção de que a educação brasileira deveria se ajustar às necessidades do capital monopolista, que exigia profissionalização e tecnologização do ensino (Covre, 1989). Contudo, sua aplicação foi muito diversa e precária em todo o País, levando ao fracasso a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no 2.º grau. Por esse motivo, a Lei n. 5.692/1971 foi substituída pela Lei n. 7.044/1982, que preconizava apenas uma “preparação para o trabalho” e deixava, a critério de cada estabelecimento de ensino, fornecer ou não habilitação profissional.

Quadro 2: Organização do ensino na Escola Santa Teresinha, 1972-1979

Nível	Período	Observação
Jardim de infância		
1º grau	1972	Cursos unificados a partir da Lei n. 5.692/1971: 1.ª a 4.ª série + 5.ª a 8.ª série
	1972-1973	Curso normal (equivalente às séries de 5.ª a 8.ª)
2º grau	1974-1979	1.ª a 3.ª série na modalidade de curso Normal

Fonte: Silva e Castro (2004, p. 39, pp. 51-52, p. 104, p. 113, p. 117, p. 122)

Em escolas católicas, como a de Imperatriz, alteraram-se a estrutura e o funcionamento do ensino a partir dessa lei, mas foram mantidos princípios que podem ser caracterizados como de inspiração liberal: a qualidade de ensino, com acento na cultura geral e na formação moral (e religiosa, já que era uma escola confessional) e a ênfase nos fins (ideais). Afinal, tratava-se de formar as classes médias e as elites regionais, que deveriam adquirir uma sólida educação para prosseguir seus estudos em níveis mais avançados. Além disso, a escola capuchinha estava contribuindo para que a sociedade imperatrizense ganhasse “fama de ordeira e séria” e despertasse para a “importância da cultura” (Silva & Castro, 2004, p. 82, p. 93), superando as representações transmitidas pela literatura, já mencionadas anteriormente, de ser o lugar do Maranhão onde predominavam “menos cultura intelectual e mais desprezo às letras” (Carvalho, 2006, p. 222). Como indicam os paradigmáticos depoimentos transcritos a seguir, prevaleceu a imagem de uma escola que

transformou Imperatriz em polo na formação educacional e espiritual.

Fez nascer em Imperatriz uma mentalidade diferente a partir de trabalho persistente e perseverante acerca de comportamentos, cultura e costumes. Uma moça da cidade de Imperatriz se conhecia, pois tinha linha, educação e conhecimento. Isso as diferenciavam das outras moças das cidades vizinhas. Então, o que eu posso dizer é que a Escola de 1924 a 1964 foi formadora da comunidade de Imperatriz e Região.

A Escola Santa Teresinha é um dos pilares muito fortes desta comunidade, porque formou e forma gerações.

... desde sua fundação, assumiu importância cultural e educacional, não somente para a cidade de Imperatriz, mas também para toda a região tocantina.

... é uma Escola que tem tudo de bom, porque nela se prima pela qualificação integral do aluno. (Silva & Castro, p. 93, p. 104, p. 106, p. 108 e p. 110)

Ex-alunas entrevistadas e também um ex-aluno⁸ evidenciam, da escola e das irmãs-professoras, uma imagem coerente com o discurso oficial, registrado nos escritos institucionais, a respeito da história da Escola Santa Teresinha e de suas fundadoras. As representações contidas nessas narrativas são, certamente, apropriações do olhar das irmãs sobre a escola e a congregação. Estão na linha de tornar-se semelhantes àquilo que se absorve, conforme explica Certeau (2009), sobre as maneiras de utilizar um produto instituído – no caso, um discurso histórico. Observa-se também que a memória emocional desses antigos estudantes está cheia de sentimentos de amor e gratidão para com as irmãs de todos os tempos. Eles dizem que as capuchinhas se instalaram na cidade de Imperatriz e a ela entregaram suas vidas, deixando um legado que deve ser recordado com orgulho.

A formação de professoras

Em Imperatriz, o primeiro curso de formação de professoras foi criado em 1960 por iniciativa das capuchinhas. Sua organização – aqui exposta no Quadro 3 – orientou-se pelas mudanças que se operaram no País, que repercutiam particularmente na legislação educacional e exigiam novas configurações das escolas públicas e privadas.

⁸ Foram entrevistados três estudantes das décadas de 1950 e 1970: D. Domingas M. Batista, D. Rosilene Mota e Sr. Carlos Alberto Brandão. O trabalho com entrevistas seguiu a linha teórico-metodológica de história oral temática (Meihy, 1996) e foi realizado por uma bolsista de iniciação científica.

Quadro 3: Curso Normal na Escola Santa Teresinha

Período	Nomenclatura	Observação
1961 a 1973	Escola Normal Regional Santa Teresinha ou Escola Normal Ginásial Santa Teresinha ⁹	Curso de formação de regentes femininas de ensino primário, com duração de quatro anos. Antes da legislação do período militar, era reconhecido como curso de nível secundário (1.º ciclo), equivalente ao ginásio, com disciplinas pedagógicas complementares
		No período militar foi reconhecido como curso de nível de 1.º grau (5.ª a 8.ª série), autorizado pelo Conselho Estadual de Educação por meio da Resolução n.º 5/1972.
1974 a 1979	Colégio Ginásial Santa Teresinha	Em 1974, foi elevado a curso de formação de professores para o magistério de 1.º grau. Aprovado pelo Conselho Estadual de Educação por meio das Resoluções n.º 18 e 19/1974, era um curso de nível de 2.º grau.

Fonte: Silva e Castro (2004, p. 39, p. 42, pp. 51-52, p. 82, pp. 103-104, pp. 105-107, pp. 109-110, p. 122).

Figura 2: Última turma da Escola Normal – 1979



Fonte: Página do *Facebook* da Escola Santa Teresinha (2015a).

É preciso reconhecer que a criação do curso de formação de professoras acompanhou, sobretudo, as transformações ocorridas em Imperatriz a partir da década de 1960. Tendo por base a história econômica local (Franklin, 2010), prefaciada por Ladislau Dowbor (2010) como “Ecos do Brasil profundo” –, pode-se dizer que a construção da Rodovia Belém-Brasília,

⁹ Desde a Lei Orgânica do Ensino Normal (1946), o curso de formação de professores era subdividido em dois níveis: 1.º ciclo – formação de regentes de ensino primário (quatro anos), que funcionava em escolas com o nome de “Escola Normal Regional”; e 2.º ciclo – formação de professores primários (três anos), que funcionava em estabelecimentos com o nome de “Escola Normal”. Além dessas escolas, foram criados os Institutos de Educação, que podiam oferecer esses cursos citados, mais os cursos de especialização de professores primários e habilitação de administradores escolares. Os institutos também mantinham, anexos, jardim de infância e escola primária (Romanelli, 1995).

iniciada em 1958, teve importante repercussão na economia e na vida sociocultural não somente de Imperatriz, mas de toda a região. Não é para menos, pois até 1952, com seus cem anos de existência, Imperatriz era, entre as cidades maranhenses da região, “a única que não possuía estradas e aonde nem sequer chegava um caminhão. Era ainda a ‘Sibéria maranhense’, para onde os funcionários públicos indesejados eram enviados sem tempo para retorno” (Franklin, 2010, p. 101). As “estradas redentoras”, ligando Imperatriz à capital do estado e ao Nordeste (a estrada para Grajaú) e a outras partes do Brasil (a Rodovia Belém-Brasília uniu o Norte ao Centro-Oeste do País) só chegaram ao longo dos anos 1950-1960, tornando a cidade um polo econômico muito relevante para o sudoeste maranhense.

Dali para a frente tudo foi muito rápido – a conclusão do desmatamento, a construção da pista e o encascalhamento. Como um milagre, a explosão demográfica aconteceu. Nasceram povoados, cresceram aglomerações humanas já iniciadas, surgiram hotéis de beira de estrada, bordéis, cabarés e tudo se transformava em outra realidade. A velha Imperatriz sofreu uma metamorfose admirável. Tinha apenas uma dúzia de ruas estreitas e tradicionais e, aceleradamente, foi invadindo o campo, crescendo à beira-rio, para todos os lados, desordenadamente, com muita pressa. (Pereira, 1997, pp. 109-110)¹⁰

Nessa direção, antigas estudantes entrevistadas revelaram percepções de uma imbricação do desenvolvimento da cidade com o crescimento da Escola Santa Teresinha.

E a cidade em si, quantas mudanças ocorreram na cidade?

Ah, muita, muita mudança, porque Imperatriz cresceu demais, nossa, Imperatriz cresceu muito. (Dona Rosilene)

No tempo que eu estudei, a escola era pequena, porque a cidade era pequena, era pouca gente e muitos não podiam pagar porque ela [era] cara para os padrões da cidade. (Dona Domingas)

Com certeza, os ecos dessa metamorfose de Imperatriz influenciaram a decisão das capuchinhas de criar o curso de formação de professoras, uma iniciativa de primeira necessidade, em face da explosão demográfica desse período, que trazia uma imensa demanda educacional e exigia mão de obra qualificada, para atender aos alunos de 1.^a a 4.^a série (atualmente Imperatriz é a segunda cidade mais populosa do Maranhão). Assim, a Escola

¹⁰ Como se vê, o desenvolvimento trouxe, aliás, algumas mazelas para a cidade. Nos anos 1990, por exemplo, a presença de bordéis ainda era significativa, com um agravante detectado pelo belo trabalho de jornalismo investigativo de Gilberto Dimenstein (1992): Imperatriz estava na rota da prostituição infantojuvenil de meninas e até hoje é conhecida por seus famosos leilões de moças virgens.

Normal Regional Santa Teresinha – que, em 1974, passou a denominar-se Escola Normal Ginásial –, fortemente envolvida na formação de professoras, contribuiu com o desenvolvimento da educação escolar de Imperatriz e região. Essas profissionais também se beneficiaram com esse processo, uma vez que a carreira docente lhes permitiu mobilidade social.

A primeira turma foi criada em 1960 e os formandos, em 1964, receberam o título de “Professores Regentes”. Da primeira turma, quatro foram nomeadas para trabalhar no Estado em 1965. O restante retornou para seus municípios de origem, como Montes Altos e Grajaú. (Silva & Castro, 2004, p. 42)

Uma parte dessa mão de obra foi absorvida pela própria Escola Santa Teresinha (Silva & Castro, 2004, p. 95, p. 105, p. 107, p. 109, p. 122). Assim, desfilam no livro aqui citado várias ex-alunas que se destacaram exercendo ofício de professora e outras duas que se tornaram cronistas regionais. Entre as pessoas entrevistadas, incluem-se uma professora aposentada e uma microempresária bem-sucedida, que mencionou uma colega que se tornou proprietária de escola:

Você vê ali a Miriam, que é da Escola Santa Luzia; ela foi aluna do Santa Teresinha, hoje ela tem a própria escola, e é uma escola que segue muito o padrão da Escola Santa Teresinha, até o formato assim é semelhante, a construção de lá é muito parecida. (Dona Rosilene)

Notável é que, naqueles tempos, a ação pioneira das capuchinhas em Imperatriz, provavelmente, estava ancorada na política da congregação de investir na educação, de acordo com o desenvolvimento da sociedade local, tendo como foco a educação feminina, para suprir as demandas de suas escolas e da própria congregação, pois o trabalho nas escolas Normais “motivava o ingresso de outras jovens à vida religiosa” (Carvalho, 2012, p. 121).

Com efeito, as irmãs capuchinhas constituíram uma rede de escolas Normais no Maranhão, voltadas basicamente às mulheres de classes médias e das elites, atingindo as cidades de Balsas, Barra do Corda, Carolina, Caxias, Codó, Grajaú, Imperatriz e Presidente Dutra. Essa proposição se confirma pelo estudo de Moura (2014), intitulado *O Colégio São José e a formação de professoras normalistas em Caxias, Maranhão*, bem como pela carta de 17 de abril de 1949, de irmã Josefa Maria de Aquiraz, a superiora geral da época:

Vemos cada dia dilatar-se o campo do nosso apostolado, resultado de dedicação e boa vontade de nossas Irmãs. Assim é que este ano, para melhor satisfazer as necessidades locais, foram

instaladas [escolas] normais nos Educandários de S. Paulo de Olivença [no Amazonas], Carolina e Caxias, sendo que em Caxias também começou a funcionar o curso ginásial. (Escola Santa Teresinha, 1946-1961, p. 46)

Contudo, os Cursos Normais das capuchinhas não se consolidaram: em Imperatriz, durante 12 anos (1961-1973), funcionaram como curso equivalente ao antigo ginásio e, depois da Lei 5.692, como magistério de 1.º grau. Em 1974 o curso foi elevado a magistério de 2.º grau, mas extinto em 1979. As razões que explicam a efemeridade desse nível de ensino, em Imperatriz e no Maranhão, em geral, deverão ser buscadas nas trajetórias históricas da congregação e das cidades citadas, que passaram a abrigar esse tipo de curso em instituições públicas e privadas, dando margem às irmãs para questionar seu trabalho nessa área: “Vale a pena nossa presença nas escolas do Maranhão e do Amazonas, onde já existem bastantes professores qualificados?” (Castilho, 2004, p. 157). Mas a exploração dessa temática ficará para outro momento da pesquisa.

Inovações na vida religiosa e na missão educativa

É evidente que a educação oferecida pelas capuchinhas na Escola Santa Teresinha e em outros lugares do Brasil sofreu variações ao longo do século XX, tendo como marco importante a reforma engendrada pela Igreja Católica nas décadas 1950 e 1960,¹¹ que culminou no Concílio Vaticano II (1962-1965), o qual afetou a vida das religiosas e de suas instituições educativas em todo o universo geográfico-social católico. Uma coisa é certa: os tempos eram outros, e as hierarquias eclesiais precisavam reposicionar a Igreja como instituição, o que implicava atualização e renovação nos seguintes termos:

¹¹ Em março de 1954 foi realizado o I Congresso Internacional dos Estados de Perfeição, na cidade de Buenos Aires (Argentina), que reuniu cinco mil religiosas e mil religiosos provenientes da Argentina, da Bolívia, do Chile, do Paraguai e do Uruguai. Convocado pelo Papa Pio XII, que “buscava mobilizar e renovar a teologia e a forma de vida dos religiosos de acordo com as novas realidades que devia enfrentar a Igreja”, todavia, o “tom geral” desse congresso foi “reafirmar a exaltação do estado supostamente superior dos religiosos sobre os leigos, ao mesmo tempo que se ratificava a suspeita sobre os ‘inventos modernos’ [ênfase no original]” (Touris, 2009, p. 7, tradução nossa). Apesar disso, foi um evento significativo e trouxe ganhos, sobretudo, para as congregações femininas: decorre dele a criação do Conselho de Superiores Maiores Religiosas, o qual se integrou à União Internacional de Superiores Gerais. Ainda segundo a autora citada, na mesma perspectiva de busca de renovação, dessa vez focada na reorganização institucional da Igreja na América Latina, em 1955 foi criado o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) e, em 1959, a Conferência Latino-Americana de Religiosos (Clar).

propunha a inserção da Igreja no mundo moderno, abrindo-se às exigências deste e trabalhando em prol da construção de um novo modelo de Igreja. Para tanto, a Igreja através do CVII [Concílio Vaticano II], precisou abrir-se à dimensão das realidades temporais, da política, do social, do progresso e da cultura. Neste sentido, a atuação de padres e freiras ganhou fundamental importância uma vez que seriam eles e elas, através de suas obras, os anunciadores principais das mudanças e os responsáveis por propagar tais ideias de transformação.

[No caso específico dos religiosos e religiosas] A contemplação e a noção de *fuga mundi*, que implicava em uma separação do mundo na busca pela santidade, característica daqueles e daquelas que optavam pela vida religiosa, deveria ser repensada, afinal a Igreja, a partir de então, direcionou sua atuação para junto da sociedade, do “Povo de Deus”. (Cubas, 2014a, p. 29 e p. 33).

Para se ter uma ideia mais precisa dos possíveis efeitos do Vaticano II na congregação das capuchinhas, vejam-se os vestígios desses processos na história institucional da congregação e nos diários da Escola Santa Teresinha, os quais trazem registros da vida e da ação das irmãs em Imperatriz. Nas décadas de 1960 e 1970, tal como as demais congregações religiosas, elas viveram um certo *aggiornamento* (Castilho, 2004, p. 129), cujo ponto alto foi o “Capítulo [Assembleia] Especial de Atualização” (1969), realizado em várias etapas e acarretando a tentativa de ajustamento de sua vida e missão às novas diretrizes da Igreja para a vida religiosa.

Em síntese, como bem dissertou Cubas (2014a) no excerto citado anteriormente, o momento exigia repensar antigas concepções e práticas de *fuga mundi*, que levavam as religiosas a viver separadas do mundo em busca da santidade/santificação pessoal. Era preciso adequar-se à nova proposta da Igreja e redirecionar sua atuação para junto da sociedade. Então as capuchinhas começaram a participar de cursos de “Atualização Conciliar” e receber estímulos para rever sua missão durante as visitas de supervisão das mães-chefes. Os retiros mensais, momentos de encontro pessoal com o sagrado, tornaram-se espaço relevante para apropriação das normas conciliares e meditação sobre o principal tema: a renovação da vida religiosa conforme o Concílio Vaticano II.

Constatamos que a igreja está pedindo uma profunda e urgente renovação em todos os seus quadros estruturais e uma conversão da mentalidade que o tempo arquitetou e instalou. Segundo as palavras de Paulo VI, a reforma conciliar não se mede tanto pelas mudanças de certos hábitos mentais de certa inércia interior, de certa resistência do coração e do espírito verdadeiramente cristão. A mudança primeira e entre todas a mais importante é essa ... a conversão do coração. É preciso reformarmo-nos espiritualmente, pensando [de] uma maneira nova, procurando [fazer] morrer o homem velho. (Escola Santa Teresinha, 1961-1978, n.p.)

Outro evento importante que impactou na atualização das religiosas, em geral, e das capuchinhas, em particular, foi a II Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), realizada em Medellín (Colômbia) em 1968. Essa conferência tratou do tema “A Igreja na atual transformação da América Latina, à luz do Concílio”, indicando seu principal objetivo: estabelecer um plano pastoral para a aplicação do Concílio Vaticano II à América Latina, considerando as realidades político-sociais do continente e as aspirações, as dores e as esperanças do povo latino-americano. Por esse motivo, os documentos produzidos por essa conferência estão fundamentados na seguinte premissa:

O Concílio não é tomado, nem como ponto de partida e nem mesmo como ponto de chegada, nos documentos de Medellín.

O ponto de partida é sempre a realidade do povo e dos países latino-americanos lida como sinais dos tempos, onde a voz de Deus se faz ouvir e se torna interpelação premente que exige a resposta generosa da ação pastoral e social.

O Concílio não é tampouco o ponto de chegada, mas sim as pistas pastorais que nos convocam para agir.

Os documentos conciliares entram bem mais, junto com a Palavra de Deus, como um dos elementos de iluminação da realidade e critério para o discernimento evangélico de qual deva ser o nosso juízo sobre esta realidade e qual o nosso compromisso perante a mesma. (Beozzo, 1998, p. 6)

Há de se realçar que a Conferência de Medellín impulsionou a “opção preferencial pelos pobres”, na medida em que eles foram colocados no centro das preocupações da Igreja na América Latina: “Os demais temas eclesiológicos, por mais relevantes que fossem, são deixados de lado em favor deste único” (Beozzo, 1998, p. 7). Isso quer dizer que a Igreja devia aproximar-se dos setores mais pobres da sociedade latino-americana e evangelizá-los prioritariamente. Com isso, fomentava-se o deslocamento físico-ideológico de muitos(as) religiosos(as) para as periferias das cidades, a fim de viverem próximos do povo e atuarem nas organizações populares.

Em meio a esses contextos e apelos eclesiológicos, a congregação das capuchinhas não ficou indiferente. Foi realizado novo Capítulo Geral (1971), o qual determinou mudanças mais efetivas: permissão para o uso facultativo do traje civil, a fim de aproximar mais as religiosas do povo e evitar distanciamentos e distinções; liberdade para residir em casas comuns, isto é, fora

das instituições de trabalho (antes disso, elas residiam, por exemplo, em apartamentos ou casas anexos a hospitais e escolas); setorização das atividades missionárias; e autorização para iniciar a experiência de viver em “pequenas fraternidades” (casas/comunidades de freiras) inseridas em bairros e periferias. Todas essas mudanças radicais na vida religiosa capuchinha acabaram provocando muitas crises entre suas congregadas e até diminuição de seus quadros. Tanto é que elas dividem sua história entre “Formação em crise” (1971-1979) e “Tempo de calmaria” (1979ss), fenômeno observado em toda a América Latina (Bidegain, 2003).

Conforme acenado na introdução deste estudo, em 1977 outro Capítulo Geral Especial dedicou-se à revisão e à atualização das obras capuchinhas (escolas, orfanatos e hospitais da congregação ou dirigidos pelas irmãs), talvez sancionando as decisões que já vinham sendo tomadas por elas, como o fechamento de várias instituições educativas. Na verdade, a exemplo do que ocorreu com muitas congregações femininas,¹² as capuchinhas começaram a questionar a validade de seu trabalho nessas instituições, já que a tendência do momento era inserir-se na realidade político-social e atender aos clamores dos pobres, atuando preferencialmente na educação popular, nas comunidades eclesiais de base, na pastoral popular, nos movimentos sociais, etc.

a realidade social é profundamente conflitiva sob a influência de interesses antagônicos próprios da sociedade dividida em classes. Com isso, a educação popular foi vista como exigência da tomada de consciência, tornando-se questão altamente controversa e explosiva. Movimentos questionaram seriamente a educação católica envolvida com as altas elites. (Congregação, 2004, p. 98)

Além disso, elas sofriam com a diminuição de seu efetivo nesses tempos de crise, uma vez que muitas irmãs deixaram a congregação, e as que ficaram se viam sobrecarregadas, principalmente aquelas que trabalhavam nas instituições. De qualquer forma, a redução do número de freiras e o engajamento de muitas delas em novos postos de trabalho e missão não chegaram a extinguir completamente o trabalho nas referidas obras, posição semelhante à de outras congregações femininas brasileiras (Custódio, 1997). No Maranhão, foram extintas dez instituições educativas, mas restaram cinco, como mostra o Quadro 4.

¹² Para o caso brasileiro, ver o trabalho de Rosado-Nunes (1985); para o caso argentino, ver o estudo de Touris (2009). Para uma visão geral dos principais e mais relevantes trabalhos acadêmicos sobre a vida religiosa feminina no Brasil, produzidos de 1983 a 2013, ver o mapeamento de Cubas (2014b).

Quadro 4: Instituições educativas capuchinhas criadas no Maranhão, 1910-1960

INSTITUIÇÃO	LOCAL	ANO DE FUNDAÇÃO	ANO DE FECHAMENTO
Educandário São José da Previdência	Barra do Corda	1910	1968
Orfanato Santa Luzia	São Luís	1913	1975
Educandário Santa Cruz	Anil – São Luís	1913	1973
Educandário Sagrada Família	Grajaú	1922	1975
Educandário Jesus Maria e José	Turiação	1923	1941
Educandário Sagrada Família ou Escola Santa Teresinha	Imperatriz	1924/26	-
Educandário Nossa Senhora da Piedade	Carolina	1935	1978
Educandário São José ou Colégio São José	Caxias	1937	-
Educandário São Francisco de Assis	Presidente Dutra	1948	1977
Escola de Enfermagem São Francisco de Assis	São Luís	1948	-
Patronato Nossa Senhora Aparecida	Morros	1949	1963
Escola Santa Filomena	Codó	1957	-
Educandário Nossa Senhora de Lourdes	Balsas	1958	1975
Instituto Divina Pastora ¹³	Bairro Roma Velha - São Luís	1958	-
Educandário Santa Rosa de Viterbo	Esperantinópolis	1960	1968

Fonte: Congregação (1976, p. 80, p. 94, p. 129, p. 155, p. 188, p. 190, p. 191, p. 194, p. 195, p. 197, p. 222, p. 237, p. 240, p. 242, p. 266, p. 297, p. 299, p. 300, p. 302, p. 303, p. 307, p. 309, p. 311, p. 312, p. 335, p. 336 e p. 353); Castilho (2004, p. 38, pp. 43-44, p. 45, p. 46, p. 60, p. 61, p. 72, p. 76, p. 82, p. 83, p. 87, p. 88, p. 98, p. 112, p. 113, p. 121, p. 122, p. 125, p. 129, p. 182 e p. 183).

Enfim, dizem elas: “Algumas educadoras abandonaram a Escola, mas as que ficaram sustentaram-na com elan mais forte, superando cansaço e, muitas vezes, carência de pessoal” (Castilho, 2004, p. 159). Sendo assim, nas instituições educativas que restaram, as irmãs passaram a realizar “encontros reservados” (extraoficiais) nos finais de semana, para avaliar e redefinir sua forma de atuação nas escolas. E assim despertaram para a necessidade de elaborar um projeto pedagógico unificado, já aludido na introdução deste artigo. Fizeram mais: aliar-

¹³ O Instituto Divina Pastora foi transferido para o bairro do Anil em 1963 e, em 1973, abrigou os trabalhos do antigo Educandário Santa Cruz.

se ao movimento dos religiosos educadores e, em 1982, participaram de um Seminário de Educação Formal, promovido pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), cuja pauta principal era “encontrar uma nova metodologia da Escola Católica Foi um momento importante porque abriu horizontes, mostrou caminhos e, a partir daí, nasceu uma nova Escola [das] IMC [Irmãs Missionárias Capuchinhas]” (Castilho, 2004, p. 158).

É indubitável que esses processos de renovação do setor educacional capuchinho repercutiram sobremaneira na Escola Santa Teresinha de Imperatriz. Ao comemorarem os seus 60 anos de existência, as capuchinhas publicaram sua “Proposta educacional”, na qual a educação religiosa ainda é um elemento muito forte na constituição da identidade da escola, no entanto, alinhada com as novas orientações da Igreja. Nessa direção, o ensino religioso, além de facultativo para alunos de religiões diversas, passou a tratar de questões da atualidade, segundo a ética cristã, e a agenda religiosa ficou mais flexível, abrindo espaço para comemorações cívicas, festivas e esportivas.

Os fundamentos que embasam a sua proposta educacional revelam a sua identidade como ESCOLA CATÓLICA ... que tem por meta desenvolver uma política educacional, conforme as exigências do compromisso cristão, face aos apelos da realidade atual e às prioridades da Igreja local. [ênfase no original]. (Escola Santa Teresinha, 1984, p. 11)

Eu lembro que nas aulas de religião não era frisada a religião em si ... na verdade era falado muito sobre o cristianismo e, às vezes, a questão do pecado ... Era colocado um tema e debatido dentro da visão cristã. Um assunto assim da atualidade todo mundo gostava. (Dona Rosilene)

eu tinha colegas evangélicos que, na aula de religião, ficavam se quisessem ... a gente era muito novo para entender quem é que queria ficar e quem não queria. [As festividades religiosas] não eram impostas de maneira nenhuma ... nunca foi assim uma coisa que impuseram, não, pelo contrário, ... a gente era livre para participar ou não. (Carlos Alberto)

Na mesma perspectiva da Conferência de Medellín, que, por sua vez, acolheu as grandes linhas da proposta filosófico-pedagógica de Paulo Freire, o objetivo principal da Escola Santa Teresinha é desenvolver uma “educação libertadora”, transformando o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento. Mas, para Medellín, essa educação libertadora é “meio-chave para libertar os povos de toda escravidão e fazê-los subir ‘de condições de vida menos humanas a condições mais humanas’ [ênfase no original]” (Beozzo, 1998, p. 8). Esse princípio pedagógico-ecclesial originalmente referia-se à questão dos pobres, mas, na Escola Santa Teresinha e talvez em muitas outras escolas católicas, passou a ser aplicado genericamente.

Se é possível inquirir o lugar dos pobres na Escola Santa Teresinha, diga-se, de passagem, que, como é de praxe ocorrer em colégios católicos, havia também alunos e alunas bolsistas desde sua implantação na cidade de Imperatriz. Figuras mais humildes, como a costureira Dona Manuela Barbosa, relata que:

Para mim ela [a escola] é muito importante, porque foi lá que eu aprendi a ser o que eu sou – não sou grande coisa, sou pequena e simples – foi esta escola que me construiu. Se tenho um pouco de cultura, é justo agradecer a esta escola. (Silva & Castro, 2004, p. 91)

Nota-se que o seu depoimento é o único que liga estas irmãs às classes populares, uma exceção entre os 16 ex-alunos, que se exibem com ufania no livro de Silva e Castro (2004), que contam a história dessa escola. Esse livro aponta, com razão, que a “colaboração das irmãs capuchinhas com as classes mais populares foi de fato no campo religioso e pastoral” (pp. 29-30). Contudo, é interessante que a estratégia das irmãs com esses grupos limitou-se à abertura de uma escola popular no mesmo prédio da Escola Santa Teresinha, no final da década de 1950. Essa escola, então chamada Escola Municipal São Francisco, foi projetada para atender às famílias empobrecidas, que não podiam mais pagar as mensalidades, provavelmente no contexto da inflação que assolou o País. Como diz Boris Fausto (2012, p. 238): “Nem tudo eram flores no período de Juscelino (1956-1961) ”.

Eram várias as razões do crescimento da inflação. Entre as principais estavam os gastos governamentais com a construção de Brasília e para atender a aumentos salariais de setores do funcionalismo, aprovados pelo Congresso; a queda dos termos de intercâmbio; a compra de café através de emissão de papel-moeda para sustentar os preços em declínio; o crédito fácil concedido ao setor privado”. (p. 238)

Nesse contexto inflacionário que afetava o planejamento orçamentário dos municípios brasileiros, a Escola São Francisco recebia verba da prefeitura apenas para pagar as professoras, que eram selecionadas e supervisionadas pelas irmãs. Em 1959, as irmãs receberam um auxílio de 15 mil cruzeiros para a construção de um salão para a escola (Lei n. 128, de 28 de maio de 1959). Nada mais. A congregação arcava com as outras despesas. Nessa situação, ao utilizar os mesmos espaços e materiais didáticos, não foi fácil adotar as mesmas metodologia e filosofia de trabalho da Escola Santa Teresinha. Em 1977, a nova diretora, irmã Teresinha Janice Messias de Araújo, fechou essa escola, sob o pretexto de que “as crianças sentiam-se incomodadas e

inferiorizadas, até por estarem usando um uniforme diferente” (Silva & Castro, 2004, p. 36). Seus alunos foram então integrados à Escola Santa Teresinha.

Outra iniciativa semelhante, mas de porte menor, foi tomada pela irmã Liberata Maria, que, em 1987, abriu uma sala de alfabetização para crianças do bairro Beira-Rio (localizado nas imediações do Rio Tocantins), onde ela era a única professora. Os estudantes que concluíram sua formação até a 4.^a série nessa sala foram integrados, depois, à Escola Santa Teresinha e terminaram o Ensino Fundamental em 1995. Não se pode esquecer o fato de que essa ação surgiu no contexto da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica no Brasil, cujo tema naquele ano era “a fraternidade e o menor”, uma forma de denunciar a situação de pobreza, exclusão e marginalidade de crianças e adolescentes do País. Essa campanha reforçou os debates e as lutas para o reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, os quais foram inscritos, em 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para além de Imperatriz, é plausível a iniciativa das capuchinhas de criar o Instituto Divina Pastora em 1958, “como resposta aos anseios de várias religiosas que desejavam uma escola voltada para as crianças e jovens da periferia de São Luís” (Congregação, 2004, p. 94), bem antes de a Igreja declarar sua opção preferencial pelos pobres na Conferência de Medellín (1968).

Todavia, uma guinada em direção à educação popular parece ter ocorrido a partir da década de 1970, certamente sustentada pelas novas orientações eclesiais para a vida religiosa do Concílio Vaticano II e, especialmente, à luz das declarações de Medellín. Como se apontou anteriormente, talvez seja essa uma das razões fortes para a decisão das capuchinhas de reduzir o número de suas escolas. No Maranhão, dos 12 colégios e das 8 escolas Normais existentes entre 1910 e 1978, restaram apenas 4 estabelecimentos de educação básica. Na maioria dessas escolas, as “crianças mais necessitadas”, que apareciam como prioridade da missão educativa nos tempos primordiais da congregação, continuam fazendo parte de uma minoria de bolsistas.

Outra análise ainda precisa ser trazida. Os estudantes bolsistas de todos os tempos, que ocuparam um lugar residual na Escola Santa Teresinha, podem representar um componente importante na formação moral das elites e das classes médias, uma vez que estas provavelmente eram estimuladas a praticar obras de caridade, sendo benfeitoras dos pobres, principalmente daqueles mais próximos, isto é, seus colegas bolsistas. Eis uma boa estratégia para formar os

alunos e, ao mesmo tempo, angariar prestígio para a escola, que historicamente é reconhecida como lugar de excelência pedagógica e, nos meios católicos, é tida como uma instituição que zela de maneira exemplar pela formação cristã de seus alunos.

A constituição de um capital

No caso de Imperatriz, é notável que as transformações socioeconômicas ocorridas no município a partir dos anos 1960 não somente incidiram sobre a criação da escola Normal das capuchinhas, mas também favoreceram os outros cursos da Escola Santa Teresinha. Em novembro de 1959, por exemplo, o Diário da escola registra: “Este ano, devido à população ter aumentado muito por causa da construção da Rodovia Belém Brasília [a] frequência foi de trezentos e tantos alunos; só no Curso Infantil eram quase oitenta” (Escola Santa Teresinha, 1946-1961, p. 61).

No período, a rodovia atraía a visita de autoridades civis e religiosas, que passavam por Imperatriz e visitavam a escola das freiras, já que representava o lócus de cultura da cidade:

04/01/1960 – Esteve em visita ao nosso colégio o atual governador do Estado Dr. Matos Carvalho. A fim de tomar parte da grande comitiva ... esteve entre nós Sua Excia. D. Cesário Alexandre Minoli. Com este mesmo fim estiveram também presentes aqui, onde celebraram a Sta. Missa, Sua Excia. Bispo de Bragança [Paulista – SP], um representante do Sr. Cardeal de São Paulo e outros sacerdotes. (Escola Santa Teresinha, 1946-1961, p. 61)

Para encerrar o prodigioso mês de janeiro de 1960, a diretora da escola, irmã Glória Maria, participou da recepção em honra ao presidente Juscelino Kubitschek, que foi justamente inaugurar um trecho da Rodovia Belém-Brasília que atravessa a cidade de Imperatriz. Na ocasião, irmã Glória utilizou uma estratégia para abordar o presidente, que está descrita no verso da foto que registra o acontecimento:

Nosso colégio, por ser o mais importante da cidade, foi convidado para receber o presidente. No momento, devido à construção de Brasília, o presidente havia cortado nossas verbas (das instituições) ordinárias e extraordinárias, para investir na construção. Estávamos em apuros. Então resolvemos lhe fazer uma carta para entregar pessoalmente. Obtive licença de falar com ele por intermédio do tenente-coronel que veio preparar sua passagem na cidade. Nessa ocasião lhe ofereci um ramalhete de flores e um pergaminho. Quando falei com ele, prometeu-me que atenderia com máximo prazer. E cumpriu. Antes de quinze dias recebi um telegrama do

Gabinete do Presidente autorizando uma das verbas de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros). Nos salvou daquele aperto. (Silva & Castro, 2004, p. 50)

Essa narrativa do encontro de irmã Glória com o presidente Kubitschek, na qual a freira conta que estava em apuros por causa de problemas financeiros e que o envio de verbas federais a “salvou”, permite compreender que, naquela época, não era nada fácil para essa congregação religiosa manter um empreendimento do porte da Escola Santa Teresinha, com mensalidades muito baratas, conforme registra o diário escolar, e nem custear sua congênere, a Escola São Francisco.

Com o tempo, o patrimônio financeiro e imobiliário das irmãs cresceu, sobretudo depois que negociaram com os capuchinhos a posse do vasto terreno anexo à Igreja Santa Teresa D’Ávila, onde fora construída a Escola Santa Teresinha, que passou a ser propriedade da congregação feminina. Dos anos 1970 até a atualidade, essa escola ampliou suas instalações para receber a clientela, que aumentou significativamente. Mas será que esse sucesso empresarial entra em contradição com a sexta regra franciscana? A regra prescreve:

Os irmãos não se apropriem de nada, nem de casa, nem de lugar, nem de coisa alguma. E como peregrinos e forasteiros neste mundo, servindo ao Senhor em pobreza e humildade, peçam esmola com confiança; e não devem envergonhar-se, porque o Senhor se fez pobre por nós neste mundo.... nenhuma outra coisa jamais quereis ter debaixo do céu. (A Regra, 2013, p. 44)

Se é possível responder a essa questão, veja-se a justificativa dos teólogos: “Francisco não se refere ao ‘não uso’ das coisas, mas à ‘não apropriação’ de coisas. [ênfase no original] Sabe que é impossível a qualquer criatura corporal e terrestre não usar de coisas materiais” (A Regra, 2013, p. 119). E como essas “coisas” são patrimônio de pessoa jurídica – a Ordem, no caso dos frades; e a Congregação, no caso das freiras –, os missionários ficam isentos de qualquer responsabilidade de “apropriação” individual..

Cabe discutir também o fato de a Escola Santa Teresinha receber verbas do Estado, como muitas outras instituições religiosas do período, pois constitui um exemplo típico de questões que atravessaram o Brasil republicano e foram motivo de contendas de defensores do ensino público com representantes do ensino privado (católico): a destinação de recursos públicos para instituições privadas, ainda que filantrópicas. São questões do Brasil de ontem e de hoje, pois a legislação atual prevê a transferência de recursos públicos para escolas

comunitárias, confessionais e filantrópicas, embora a efetivação desse dispositivo dependa da opção política do governante (Oliveira & Adrião, 2001, p. 114).

Considerações finais

Em suma, a ação educacional das capuchinhas em Imperatriz estava voltada para a formação das classes médias e das elites. Elas ofereciam uma educação formal, religiosa e moral, que correspondia originalmente aos anseios dos fazendeiros que se instalaram na região e das classes médias que lá se desenvolviam; ao mesmo tempo, essa educação os formava segundo os princípios do cristianismo. O projeto gerou resultado, pois elas contaram com o apoio de grupos políticos e de elite e puderam se fixar de forma duradoura na região, deixando sua marca, em particular, na educação da juventude.

Assim, elas formaram os quadros para os variados setores da sociedade maranhense, distribuídos segundo sua posição de gênero: às mulheres cabia a formação para a docência; aos homens, uma formação que lhes permitia continuar seus estudos e atingir diversas áreas. “Entre os meus alunos posso destacar alguns que ... chegaram a ser médicos, bacharéis, aviadores e até prefeitos” (Silva & Castro, 2004, p. 88), afirmou irmã Filomena Maria de São Luís, pertencente à antiga da congregação.

Na lista de “personalidades” que contribuiram com a história da Escola Santa Teresinha, encontram-se os nomes de ex-alunos que seguiram carreira política: Renato Cortez Moreira, já citado, que exerceu o cargo de prefeito durante dois mandatos; e Francisco Alves de Freitas Filho, que foi vereador e deputado estadual. Havia também aqueles que não prosseguiram os estudos, como Carlos Alberto Brandão, microempresário aposentado e articulador do grupo de ex-alunos em redes sociais, que criou uma página no *Facebook* com o único propósito de registrar os depoimentos de estudantes de todas as épocas, além de muitos outros alunos bolsistas que se beneficiaram com a formação básica obtida na Escola Santa Teresinha, a exemplo da citada dona Manuela.

Todavia, as iniciativas de ação social e criação de projetos educativos voltados para as classes populares de Imperatriz não foram totalmente incorporadas à política da escola. Elas permanecem uma exceção à regra, ou, no máximo, fomentam a concessão de bolsas de estudo,

parciais e/ou integrais, para outras *Manuelas*, como fazem os colégios católicos em geral. Na cidade de Imperatriz, até hoje, o objetivo principal da Escola Santa Teresinha resume-se à formação das classes médias e das elites da sociedade brasileira. Talvez o apreço por esse colégio se deva ao fato de as capuchinhas desejarem preservar uma das poucas escolas que restaram com experiência exitosa, possibilitando-lhes extrair uma importante fonte de renda para manutenção da missão da congregação. Evidentemente, instalam-se aí uma contradição e uma tensão entre a missão educativa e o carisma da congregação:

Haurindo o impulso missionário da espiritualidade franciscana, nossa Congregação será tanto mais fiel à inspiração primitiva e original de Frei João Pedro, quanto maior for seu engajamento na evangelização e ação missionária da Igreja.

Por fidelidade à Igreja e ao carisma da Congregação nosso serviço missionário deve dirigir-se de modo especial aos mais pobres, por quem teremos preferencial dedicação e a quem serviremos nas áreas da educação, saúde, assistência à velhice, à infância e aos hansenianos, bem como, em pequenas fraternidades inseridas nas áreas mais necessitadas. (Congregação, 1985, pp. 64-65)

Referências

- A Regra de São Francisco de Assis. (2013). Apresentação e comentários de Aldir Crocoli e Luiz Carlos Susin. Petrópolis: Vozes.
- Barros, E. M. de M. (2012). *Eu, Imperatriz* (2a ed.). Imperatriz: Ética.
- Benedictinos, T. M. (2006). *O missionário capuchinho construiu sobre a rocha...* Fortaleza: RDS.
- Beozzo, J. O. (1998). Medellín: inspiração e raízes. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 232, 1-21.
- Bidegain, A. M. (2003). *Vida religiosa feminina em América Latina y el Caribe: memoria história (1959-1999)* (Vol. 2). Bogotá: CLAR.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1980). Le capital social. Notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 31, 2-3.
- Bourdieu, P. (1998). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes.
- Carvalho, C. (2006). *O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil* (3a ed.). Imperatriz: Ética.
- Carvalho, M. G. C. de. (2012). *O projeto educativo das capuchinhas: o franciscanismo na história da educação em São Luís - MA, desde 1913*. São Luís: EUEMA.
- Castilho, U. M. (2004). *Uma história de amor (feita de luzes e sombras): 1904-2004*. Fortaleza: Congregação das Irmãs Capuchinhas.
- Certeau, M. de (2009). *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (Vol. 1, 16a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (1976). *Subsídios históricos* [Mimeo]. Fortaleza: Casa Geral das Irmãs Missionárias Capuchinhas.
- Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (1985). *Constituições*. Fortaleza: RDS.
- Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas (2004). *Revista do Centenário das IMC*, 72-98.
- Covre, M. de L. M. (1989). *Capital monopolista no Brasil (uma abordagem social)*. São Paulo: Garulli.
- Cruz, M. dos S. (Org.). (2012). *História da Educação de Imperatriz: textos e documentos*. Imperatriz: Ética.

- Cubas, C. J. (2014a). *Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985)*. Tese de Doutorado em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Cubas, C. J. (2014b). A vida religiosa feminina no Brasil durante a segunda metade do século XX: um olhar historiográfico. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, 5(2), 146-168.
- Custódio, M. A. C. (1997). *PIC: 40 anos em missão, 1957-1997*. [Trabalho não publicado].
- Custódio, M. A. C. (2014). Da constituição de uma congregação feminina nordestina: análise de uma possível consequência sociorreligiosa da Rebelião do Alto Alegre – Maranhão. *International Studies on Law and Education*, 16, 63-76.
- Custódio, M. A. C. (2015). Gênese de uma escola católica e estratégias femininas no Maranhão novecentista. *Cadernos de Pesquisa*, 45(155), 178-198.
- Dimenstein, G. (1992). Imperatriz. In *Meninas da noite. A prostituição de meninas-escravas no Brasil* (pp. 23-36). São Paulo: Ática.
- Dowbor, L. (2010). Ecos do Brasil profundo. Prefácio. In F. Adalberto, *Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz* (pp. 11-16). Imperatriz: Ética.
- Escola Santa Teresinha (1926-1946). *Diário da Escola Santa Teresinha* (Vol. 1). [Manuscrito]. Imperatriz: Escola Santa Teresinha.
- Escola Santa Teresinha (1946-1961). *Diário da Escola Santa Teresinha* (Vol. 2). [Manuscrito]. Imperatriz: Escola Santa Teresinha.
- Escola Santa Teresinha (1961-1978). *Diário da Escola Santa Teresinha* (Vol. 3). [Manuscrito]. Imperatriz: Escola Santa Teresinha.
- Escola Santa Teresinha (1984). *Revista do Jubileu comemorativo dos 60 anos da Escola Santa Teresinha*, 9-12.
- Escola Santa Teresinha (2015a). *Facebook*. Retirado em 27 de maio de 2015, de <<http://www.facebook.com/pages/Escola-Santa-Teresinha/19692120330610>>.
- Escola Santa Teresinha (2015b). *Facebook de ex-alunos*. Retirado em 26 de fevereiro de 2015, de <<http://www.facebook.com/pages/groups/150092541825579>>.

- Faria Filho, L. M. de (2007). Instrução elementar no século XIX. In E. M. T. Lopes, L. M. de Faria Filho, & C. G. Veiga (Orgs.), *500 anos de educação no Brasil* (p. 138). Belo Horizonte: Autêntica.
- Fausto, B. (2006). Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In B. Fausto et al., *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)* (8a ed.) (*História geral da civilização brasileira*, T3, Vol. 9). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Fausto, B. (2012). *História concisa do Brasil* (2a ed., 5a reimpr.). São Paulo: EDUSP.
- Fontoura, A. (1968). *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (3a ed.). Rio de Janeiro: Aurora.
- Franklin, A. (2004). A efêmera vida da escola Humberto de Campos. *Verbo – Revista da Academia Imperatrizense de Letras*, 1-2.
- Franklin, A. (2010). *Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz* (2a reimpr.). Imperatriz: Ética.
- Ginzburg, C. (2001). *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância* (3a reimpr.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Meihy, J. C. S. B. (1996). *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola.
- Milhomem, C. A. (2004). *Castanbais, canoas e batelões: memórias*. São Paulo: Editora do Autor.
- Moreira, Z. (1997). *Simplicio Moreira: precursor do desenvolvimento de Imperatriz*. Imperatriz: Ética.
- Moura, S. B. de (2014). *O Colégio São José e a formação de professoras normalistas em Caxias, Maranhão: formando para Igreja, para a pátria e o lar (1949-1972)*. Dissertação de Mestrado em Educação, Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina.
- Nembro, M. (1955). *São José de Grajaú: primeira prelaçã do Maranhão*. Fortaleza: Edições A Voz de São Francisco.
- Nembro, M. (1957). *I cappuccini nel Brasile: Missione e Custodia del Maranhão (1892-1956)*. Milano: Centro Studi Cappuccini Lombardi.
- Nogueira, M. A., & Nogueira, C. M. M. (2006). *Bourdieu e a Educação* (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Oliveira, R. P. de, & Adrião, T. Adrião (Orgs.) (2001). *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. São Paulo: Xamã.

Ordem dos Frades Capuchinhos Menores. (1927-1970). *Relatórios do Movimento Religioso de Imperatriz (1927-1970)* [Manuscrito e datilografado]. São Luís: Província Nossa Senhora do Carmo.

Paróquia Santa Teresa D'Ávila (1920-1937). *Livro de crônicas da Paróquia Santa Teresa d'Ávila* [Cópia digitada]. São Luís: Província Nossa Senhora do Carmo.

Pereira, W. G. (1997). *Meu pé de tarumã florido*. Imperatriz: Ética.

Romanelli, O. O. (1995). *História da educação no Brasil (1930/1973)* (17a ed.). Petrópolis: Vozes.

Rosado-Nunes, M. J. F. (1985). *Vida religiosa nos meios populares*. Petrópolis: Vozes.

Saldanha, L. L. (2008). *A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899)*. Imperatriz: Ética.

Saviani, D. (2008). *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino* (6a ed.). Campinas: Autores Associados.

Silva, J. N. O., & Castro, M. P. de. (2004). *Escola Santa Teresinha 80 anos educando vidas*. Imperatriz: Ética.

Touris, C. (2009). Entre Marianne y María. Los trajectos de las religiosas terciaristas en la Argentina. In A. Andújar et al., *De minifaldas, militancias y revoluciones: exploraciones sobre los 70 en la Argentina*. Buenos Aires: Luxemburg.

Legislação

Lei n. 717, de 11 de julho de 1864 (1864). Cria duas cadeiras de primeiras letras na Vila Nova de Imperatriz, uma para o sexo masculino e outra para o feminino. Província do Maranhão. (Coleção das leis, decretos e resoluções da Província do Maranhão).

Lei n.º 128, de 28 de maio de 1959 (1959). Prefeitura do Município de Imperatriz. *Leis e Decretos municipais avulsos (1950-1959)*. [Cópia manuscrita]. Imperatriz-MA.

Submetido à avaliação em 8 de agosto de 2016; revisado em 17 de maio de 2017; aceito para publicação em 5 de julho de 2017.